



AGEPPEN-BRASIL

ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS PENAIS DO BRASIL



OFÍCIO CONJUNTO Nº 003/2026/AGEPPEN-BRASIL/SINDCOP

Brasília, 07 de agosto de 2026.

À Excelentíssima Senhora

MARINA SILVA

Pré-candidata ao Senado Federal por São Paulo

Assunto: Apresentação das pautas prioritárias da Polícia Penal brasileira e solicitação de compromisso público.

Excelentíssima Senhora,

A Associação Geral dos Policiais Penais do Brasil (AGEPPEN-BRASIL), entidade nacional representativa da categoria dos Policiais Penais de todo o país, e o Sindicato dos Policiais Penais e Servidores do Sistema Penitenciário Paulista (SINDCOP), maior entidade estadual da categoria, vem por meio deste expediente apresentar a Vossa Excelência as pautas prioritárias da categoria e solicitar o seu compromisso público com a valorização e o fortalecimento do Sistema de Execução Penal brasileiro.

A Polícia Penal, instituída pela Emenda Constitucional nº 104/2019, é hoje um dos pilares da segurança pública nacional. São mais de 100 mil profissionais que atuam diariamente na custódia, vigilância, escolta, recambiamento e reintegração social de pessoas privadas de liberdade, além de desempenharem papel estratégico no combate ao crime organizado que atua a partir do interior do sistema prisional.

Diante da relevância da sua pré-candidatura ao Senado Federal e do seu histórico de compromisso com as causas sociais e com a defesa dos direitos fundamentais, submetemos à apreciação de Vossa Excelência as seguintes pautas prioritárias da categoria:

Aprovação da Lei Geral Nacional da Polícia Penal, atualmente em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, que estabelecerá o regime jurídico, a estrutura e as diretrizes nacionais da carreira;

Criação do Piso Nacional da Polícia Penal, garantindo remuneração mínima digna e isonômica aos profissionais da União, de todos os estados e do Distrito Federal;

Aprovação, no âmbito da PEC 18/2025, do texto apresentado pela AGEPPEN-BRASIL que fortalece as atribuições, a autonomia e o papel institucional da Polícia Penal, incluindo a definição do Sistema de Execução Penal no texto constitucional;



AGEPPEN-BRASIL

ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS PENAIS DO BRASIL



Impedimento de qualquer forma de privatização ou terceirização das atividades-fim da Polícia Penal, assegurando que a segurança e a custódia no sistema prisional permaneçam sob a exclusiva responsabilidade do Estado;

Criação do Conselho Superior Nacional da Polícia Penal, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, como instância de coordenação, integração e formulação de políticas nacionais para a categoria.

Acreditamos que o compromisso de Vossa Excelência com estas pautas representará um avanço significativo para a segurança pública brasileira, para a dignidade dos profissionais da Polícia Penal e para a efetiva reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

Colocamo-nos à disposição para apresentação detalhada de cada uma das propostas, bem como para o diálogo com a sua equipe de campanha e com os seus assessores parlamentares.

Atenciosamente,

Ferdinando Gregório Querino da Silva
Presidente AGEPPEN-BRASIL

GILSON PIMENTEL BARRETO

PRESIDENTE DO SINDCOP